Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

PODER

Palco para ofensiva contra taxa de juros

Na guerra aberta pelo governo para tentar baixar a Selic, Alckmin diz, em evento do BNDES, não haver justificativa para o índice de 13,75%, 8% acima da inflação. Prêmio Nobel de Economia, Joseph Stiglitz afirma que patamar é "chocante"

» VICTOR CORREIA

Na véspera da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) — que começa hoje e vai deliberar sobre manter ou alterar a Selic, a taxa básica de juros —, um evento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi palco, ontem, para uma série de críticas ao patamar da taxa, de 13,75%, que o governo tenta reduzir. O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, disse não haver fundamento para o atual valor. Convidado como palestrante, o professor da Universidade de Columbia e vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 2001, Joseph Stiglitz, afirmou que a taxa é "chocante" e equivale a uma "pena de morte".

"Não há nada que justifique ter 8% de juros real acima da inflação quando não há demanda explodindo e, por outro lado, quando o mundo inteiro tem praticamente juros negativos. Mas acreditamos no bom senso e que a gente vá, com a nova ancoragem fiscal, superar essa dificuldade", discursou Alckmin na abertura do evento, no Rio de Janeiro, do qual participaram, também, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante; a ministra da Gestão e Inovação dos Serviços Públicos, Esther Dweck; e o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes.

Alckmin classificou os juros altos como "um problemão", por dificultar o consumo, inibir investimento e aumentar a dívida do governo. Ele aproveitou para exaltar o novo arcabouço fiscal, que o governo prepara. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vem reforçando que quer anunciar a medida antes da viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China, no próximo sábado.

"Acho que o governo encaminha, nos próximos dias, o projeto de ancoragem fiscal, que vai, também, combinando a curva da dívida: de um lado, superavit; de outro lado, o controle do gasto. Uma medida inteligente, benfeita, que vai trazer bastante segurança na questão fiscal", avaliou Alckmin.

Mercadante, por sua vez, passou o recado de que o BNDES não será um "banco acanhado", como no passado. "Estamos aguardando o novo arcabouço fiscal. O ministro Haddad pode esperar de mim e do banco total lealdade e parceria. Não temos expectativa de substituir ninguém e nem de competir", discursou. "Agora, não nos peçam para deixar de dizer o que pensamos e ajudar o governo a acertar, a encontrar o melhor caminho, a buscar as melhores práticas. Aquele banco acanhado do BNDES acabou. Ele vai debater, investir e impulsionar o crescimento do país."

Em linha com a ofensiva do governo contra a Selic elevada, Joseph Stiglitz se disse surpreso com o fato de o país conseguir se manter economicamente com uma taxa de juros em tão alto patamar. Em sua avaliação, isso só foi possível graças à atuação dos bancos públicos brasileiros.

"A taxa de juros de vocês é, de fato, chocante. Uma taxa de 13,75%, ou 8% real, é o tipo de taxa de juros que vai matar qualquer economia. É impressionante que o Brasil tenha sobrevivido a isso, que seria uma pena de morte", ressaltou. "Parte da razão de vocês sobreviverem a essas taxas de juros é que vocês têm bancos estatais, como o BNDES, que têm feito muito com essas taxas de juros, oferecendo fundos a empresas produtivas para investimentos de longo prazo com juros menores."

O americano vê as taxas de juros historicamente altas no Brasil como uma "desvantagem competitiva". Ele frisou que o país teria um crescimento muito maior caso adotasse uma "política monetária mais razoável".

Leia mais sobre a taxa de juros na página 7

Desestímulo

Joseph Stiglitz argumentou que os juros altos da economia teriam desencorajado investimentos, inclusive os ora necessários para promover uma transição verde na economia, capaz de levar o Brasil da posição de exportador de commodities para uma economia industrial relevante no cenário internacional.

BNDES/Divulgação



Alckmin: "Acho que o governo encaminha, nos próximos dias, o projeto de ancoragem fiscal, que vai, também, combinando a curva da dívida"

Saiba mais

Reprovação ao BC

O prêmio Nobel de Economia Joseph Stiglitz é crítico da política monetária que usa juros para conter inflação sem observar efeitos nocivos sobre investimento. Ele fez, ontem, duras críticas à condução do Banco Central brasileiro nos últimos anos, mas sem mencionar diretamente a autoridade monetária. "Um Banco Central independente e com mandato só para inflação não é o melhor arranjo para o bem-estar do país", reprovou.

Lula defende políticas sociais

» INGRID SOARES

Em meio a discussões e a dias da apresentação do novo arcabouço fiscal ao Congresso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu que políticas sociais como saúde e educação "não podem ser reféns do teto de gastos e juros altos". A declaração ocorreu, ontem, durante evento de relançamento do Mais Médicos (**leia mais sobre o programa na página 5**).

"O Mais Médicos voltou porque a saúde não pode ser refém do teto de gastos, juros altos ou cortes orçamentários em nome de um equilíbrio fiscal que não leva em conta o bem mais precioso, que é a vida humana", frisou. "Não se pode tratar a educação com um gasto, não se pode tratar a saúde como um gasto, porque não tem investimento maior do que salvar uma vida, do que o cidadão estar pronto para o trabalho. Ou seja, como é que você pode colocar uma coisa como a saúde dentro do teto de gastos?", questionou.

Segundo Lula, "toda vez" que discute sobre avanço social "aparece alguém da área econômica para dizer: 'Mas esse é um gasto, a gente não pode gastar, a gente não tem mais como gastar'". "Quanto custou ao Brasil a gente não fazer as coisas no tempo certo, não cuidar da saúde mais rápido, não alfabetizar o Brasil na década de 50, não ter feito a reforma agrária na década de 50, não ter acabado com o preconceito racial, não tratar as mulheres como o respeito que elas merecem, como uma parte do mundo avançou?", acrescentou.

O chefe do Executivo também destacou que o Brasil está atrasado "por causa do gasto" e que cursos de economia precisam mudar e diferenciar custo, gasto e investimento. "'Precisamos arejar a nossa cabeça. Os cursos de economia, daí para frente, precisam mudar o que é custo, gasto e investimento. Não tem nada mais precioso do que investir para que uma pessoa pobre possa comer três vezes ao dia. Tudo que é feito para educar o povo, formar e cuidar da saúde do povo tem que ver sempre como investimento."

Negociação com Congresso por arcabouço

Pedro Gontijo/Senado Federal



Haddad (D) se encontrou com Pacheco (E) para tratar da âncora fiscal

» KELLY HEKALLY
Especial para o **Correio**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, cedeu a pedidos e resolveu antecipar o diálogo com deputados e senadores sobre o teor do novo arcabouço fiscal antes mesmo de enviar formalmente o projeto de lei (PL) para análise do Congresso. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez uma recomendação, na semana passada, de que um de seus ministros mais fiéis realizasse essa interlocução.

Haddad se encontrou, ontem, com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A sinalização do ministro foi de envio do projeto ao Congresso ainda nesta semana.

Como o arcabouço é base para o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), é necessário ao governo que a emissão da proposição seja feita antes da PLDO, cujo limite é o próximo dia 15.

O **Correio** apurou que, nos compromissos dessa segunda-feira, Haddad não apresentou formalmente um documento sobre arcabouço aos presidentes das duas Casas, mas adiantou em linhas gerais o texto em construção.

"Acho que a recepção, tanto dos líderes quanto dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, foi muito boa", afirmou Haddad após o encontro. "Estou confiante de que nós vamos para a fase final."

Entre os temas discutidos, a possibilidade de existência ou não de gatilho foi tratada, mas sem definição. Com a reticência de setores da economia, a interpretação é de que a ferramenta de controle passe a integrar a proposição.

Regras

Gatilhos são regras de contenção de despesas obrigatórias, cujo principal item é o gasto com salário de servidores e novas contratações.

No início deste ano, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, defendeu que o novo modelo deve voltar o olhar para arrecadação e gastos, mas sem a existência de um gatilho automático.

Nas redes sociais, Pacheco citou o encontro e acrescentou: "Temos de promover uma ampla discussão no Congresso, no sentido de assegurar os investimentos que precisam ser feitos nas áreas da saúde, da educação, da segurança e da infraestrutura, além dos projetos sociais, mas sem deixar de lado a sustentabilidade das contas públicas".

Haddad se comprometeu a ir ao Congresso explicar o projeto quando voltar da viagem à China com o presidente Lula. Não há ainda data fechada para a audiência. A delegação brasileira retorna do país asiático em 31 de março.

O aceno do ministro é uma tentativa de sedimentar o terreno para a aprovação do texto, pois o governo ainda não tem uma base sólida para fazer avançar propostas no Parlamento. (**Colaborou Rosana Hessel**)